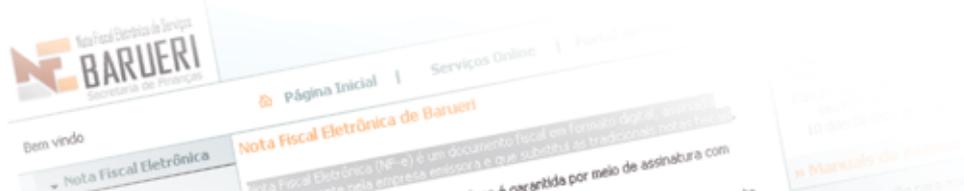


FINANÇAS
DO MUNICÍPIO DE
BARUERI 2010





NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS

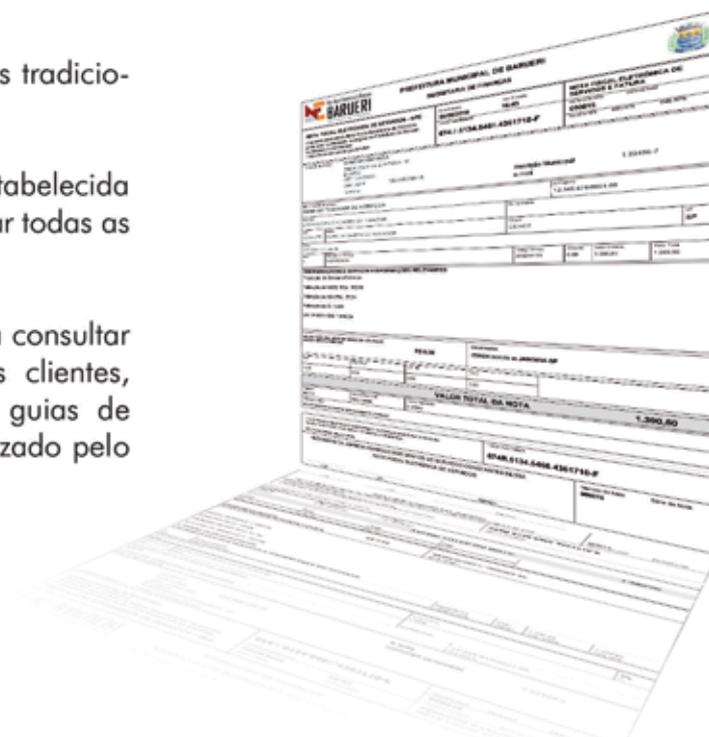


Mais um serviço oferecido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) substituiu as tradicionais notas fiscais impressas.

A Pessoa Jurídica prestadora de serviços estabelecida em Barueri que emite a NF-e poderá acessar todas as funcionalidades do sistema pela Internet.

O Contador poderá acessar o sistema para consultar as NF-e emitidas ou recebidas por seus clientes, podendo, inclusive, emitir as respectivas guias de pagamento, desde que devidamente autorizado pelo contribuinte.



Acesse:
www.barueri.sp.gov.br

FINANÇAS
DO MUNICÍPIO DE
BARUERI 2010



Apresentação



O tema Finanças Públicas sempre foi visto pelos cidadãos como árido, complexo, desinteressante e indecifrável. Por outro lado, o poder público em suas várias instâncias, salvo raras exceções, não se mostrava empenhado em reverter tal situação, como forma de não se expor ao controle social.

Mas a evolução irreversível por que passa a sociedade, o crescimento incontestado do exercício da cidadania, a monumental revolução cibernética representada pela Internet e a popularização dos meios de comunicação são fatores que, entre outros, tornam o cidadão cada vez mais consciente, exigente e ávido por informações e transparência na gestão pública.

O governo municipal de Barueri, que sempre se pautou pela transparência em sua atuação administrativa, não poderia se furtar ao atendimento das aspirações populares e ao que estabelece a legislação vigente, por isso coloca à disposição do munícipe as informações pertinentes.

Não bastasse isso, e procurando ampliar ainda mais os instrumentos de informação e divulgação dos atos da administração pública do município, o governo municipal lança a primeira edição da revista FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE BARUERI, publi-

cação que pretende, de maneira clara, direta e inteligível, levar ao conhecimento da população informações sobre as finanças do município, despidas do véu burocrático que costuma tornar indigesta a sua compreensão.

Origem das receitas, destinação dos recursos, investimentos sociais, principais realizações, equilíbrio fiscal e observância das disposições legais e constitucionais, em especial da Lei de Responsabilidade Fiscal, são mostrados com o máximo de clareza e transparência.

A prestação de contas é um dever legal e, sobretudo, ético dos detentores do poder público e o acesso irrestrito à mesma é um direito do cidadão, dualidade que se constitui num dos principais sustentáculos do exercício da democracia.

O governo municipal, ao atribuir transparência aos seus atos, dá demonstração inequívoca de seu compromisso inalienável com a cidade e seus cidadãos.

Rubens Furlan
Prefeito Municipal

Geanete Resende da Silva
Secretária de Finanças

Elaboração



Aequus Consultoria S/S Ltda
Telefones: (27) 3235-7841 / 3235-7546
aequus@aequus.com.br
www.aequus.com.br

Realização



Índice

1. Receitas e despesas: equilíbrio fiscal	06
---	----

2. Receita	08
Tributos municipais	11
Transferências do Estado	15
Transferências da União	18

3. Despesa	19
Pessoal	21
Custeio	23
Investimentos	25
Gastos sociais	28
Educação	29
Saúde	32
Assistência social	35

4. Limites Legais e Constitucionais	36
-------------------------------------	----

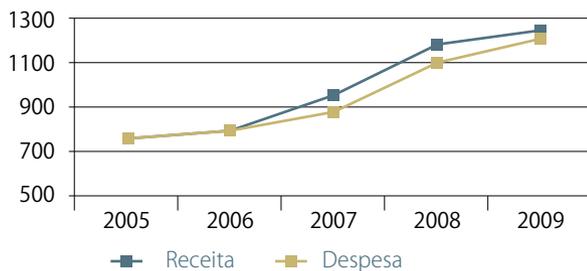
As finanças do Município de Barueri

As finanças do Município de Barueri têm sido conduzidas nos últimos anos em estreita sintonia com os princípios de transparência, austeridade, moralidade e disposições fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Observando o comportamento das receitas e despesas em período recente, pode-se constatar que a cidade apresentou robustos superávits financeiros nos últimos três anos, mesmo com a desaceleração no ritmo da arrecadação em 2009, em função da crise financeira internacional.

A obtenção desses superávits permitiu que o município constituísse uma reserva financeira que, ao final de 2009, era de R\$ 13,8 milhões. Atendendo a um dos princípios básicos que norteiam a LRF, o Município de Barueri constituiu “poupança”, visando a manter o equilíbrio das contas públicas.

Evolução da receita e da despesa
em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Saiba mais

Excelente indicador para aferir a saúde financeira da administração municipal, a suficiência ou insuficiência de caixa consiste na diferença entre os ativos e os passivos financeiros.

Em uma linguagem simplificada, os ativos financeiros são os valores que, ao final do ano, sobram nas contas bancárias da prefeitura, somados a alguns créditos que serão recebidos no ano seguinte.

Os passivos financeiros são os pagamentos que o município não pôde fazer num ano e que terá de liquidar no ano seguinte: são os restos a pagar e outras dívidas de curto prazo. Quando a cidade deve menos do que tem, ela apresenta suficiência de caixa. Quando, ao contrário, a cidade deve mais do que tem, fica configurada uma insuficiência de caixa.



Atualização de preços

Os valores que constam nesta publicação foram corrigidos pela inflação, o que os trouxe para preços médios de 2009. Essa correção permite comparar quantias de diferentes anos, sem as distorções causadas pelo processo inflacionário. Para isso, foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Vista aérea de Alphaville



2 Receita

Principais itens da receita de 2005 a 2009

Itens da receita	2005	2006	2007	2008	2009	Varição 2009/2008	Varição 2009/2005	Partic. rec. total 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009					em %		
1 - Receita corrente¹ (2+3+4-5)	708.341,9	755.274,5	906.398,3	1.158.366,4	1.222.875,9	5,6	72,6	97,4
2 - Receita tributária	239.899,5	256.176,5	331.452,2	456.034,8	503.930,5	10,5	110,1	40,1
IPTU	9.301,0	10.261,4	11.321,9	12.184,1	12.488,2	2,5	34,3	1,0
IRRF	17.184,2	17.296,4	19.130,2	19.552,9	25.200,7	28,9	46,7	2,0
ITBI	12.248,9	13.714,5	32.328,5	27.033,5	17.534,2	-35,1	43,1	1,4
ISS	195.747,3	208.974,1	260.863,9	387.408,4	440.031,1	13,6	124,8	35,0
Taxas	5.417,4	5.930,2	7.807,7	9.855,9	8.676,2	-12,0	60,2	0,7
3 - Transferências correntes	481.669,5	532.301,3	608.257,3	745.473,1	766.762,2	2,9	59,2	61,0
Transferências da União	69.740,2	73.503,8	75.652,8	91.265,3	88.475,1	-3,1	26,9	7,0
FPM	27.657,0	29.358,6	32.677,2	38.371,8	34.588,4	-9,9	25,1	2,8
SUS - União	18.119,0	18.670,5	18.922,3	24.447,1	24.273,5	-0,7	34,0	1,9
FNDE	16.428,1	18.754,0	17.377,2	19.306,9	20.610,8	6,8	25,5	1,6
Outras transferências da União	7.536,1	6.720,7	6.676,0	9.139,5	9.002,4	-1,5	19,5	0,7
Transferências do Estado	326.880,5	366.774,1	428.585,4	527.701,7	548.876,3	4,0	67,9	43,7
QPM-ICMS	304.143,3	340.362,8	396.795,3	490.877,5	501.233,6	2,1	64,8	39,9
IPVA	19.154,6	22.619,2	27.230,9	31.260,9	41.528,9	32,8	116,8	3,3
Outras transferências do Estado	3.582,6	3.792,1	4.559,3	5.563,3	6.113,7	9,9	70,6	0,5
Outras transferências correntes	85.048,8	92.023,4	104.019,1	126.506,2	129.410,8	2,3	52,2	10,3
Transferências do Fundef/Fundeb	83.369,6	90.500,0	102.984,2	126.089,2	129.104,0	2,4	54,9	10,3
Demais transferências correntes	1.679,2	1.523,4	1.034,9	417,0	306,8	-26,4	-81,7	0,0
4 - Outras receitas correntes	37.932,1	23.266,3	40.979,5	59.236,8	68.776,8	16,1	81,3	5,5
Receita da dívida ativa	2.495,5	2.060,5	2.302,3	2.610,1	3.951,2	51,4	58,3	0,3
Receita patrimonial	8.880,4	13.690,4	14.892,6	30.176,7	32.443,7	7,5	265,3	2,6
Demais receitas correntes	26.556,2	7.515,4	23.784,7	26.449,9	32.381,8	22,4	21,9	2,6
5 - Deduções da receita para formação do Fundef/Fundeb	51.159,2	56.469,6	74.290,7	102.378,3	116.593,5	13,9	127,9	9,3
6 - Receitas de capital (7+8+9)	26.884,6	5.413,5	239,9	3.198,4	658,3	-79,4	-97,6	0,1
8 - Transferências de capital	-	-	-	3.146,6	14,0	-99,6	..	0,0
9 - Outras receitas de capital	26.884,6	5.413,5	239,9	51,8	644,3	1.144,4	-97,6	0,1
10 - Receita total¹ (1+6)	735.226,6	760.688,0	931.953,5	1.186.888,4	1.256.031,1	5,8	70,8	100,0

Fonte: Balanços municipais.
Nota: ¹ Receita corrente e total deduzidas dos efeitos Fundef / Fundeb.
Sinal convencional utilizado: .. Não se aplica dado numérico.

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
0,0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de dado numérico originalmente positivo.

A princípio, é importante que se conheçam as origens das receitas das cidades que compõem as unidades da Federação. Elas se dividem em duas grandes categorias, a saber: receitas correntes e receitas de capital. As primeiras são constituídas por recursos que entram regularmente nos cofres públicos e são compostas, basicamente, por tributos municipais e pelas transferências constitucionais provenientes da União e do Estado.

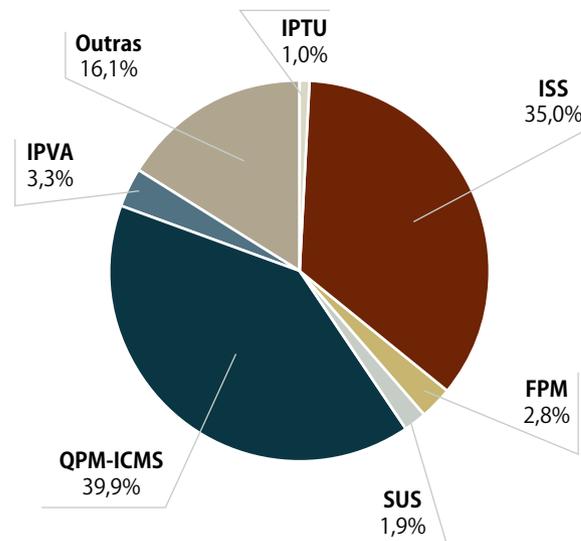
As principais transferências procedentes da União são as destinadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e as provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Dentre as estaduais, cabe destaque para a Quota-parte Municipal do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS).

As receitas de capital, por sua vez, são constituídas por recursos provenientes da venda de bens públicos, de ganhos auferidos com a realização de operações de crédito, e por recursos oriundos de outros níveis de governo.

Estrutura básica da receita	
Receita corrente	
	Tributos municipais
	Transferências da União
	Transferências do Estado
	Outras receitas correntes
Receita de capital	
	Alienação de bens
	Operações de crédito
	Transferências para investimentos

Sendo as receitas correntes destinadas a cobrir despesas de custeio em geral, as receitas de capital, por sua vez, só podem ser aplicadas em despesas de capital, ou seja, para investimentos ou pagamento de dívidas.

Composição da receita total - 2009



A estrutura da receita de cada cidade varia conforme o seu tamanho, sua localização no território brasileiro e sua estrutura econômica. No caso de Barueri, dois itens ganham forte destaque no orçamento.

A parcela do ICMS que recebe do Estado é sua principal fonte de recursos. Nos dois últimos anos, ela respondeu por cerca de 40% da receita municipal. Logo em seguida, vem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que participou com pouco mais de um terço (35%), considerando o mesmo período.

Juntos, esses dois itens responderam por 75% de toda receita municipal de 2009. O forte peso desses itens no orçamento municipal é reflexo da pujança e das características da economia local. Em Barueri está instalada a rede de distribuição de grandes empresas que atuam no mercado varejista, e o Município conta também com a presença de uma diversificada estrutura de serviços com foco na área de tecnologia.

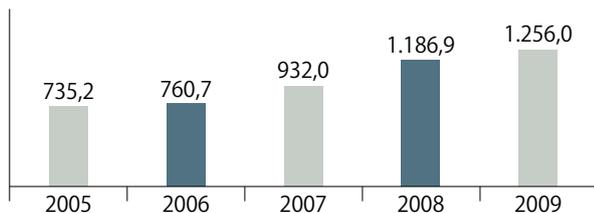


A receita de Barueri tem apresentado um excelente desempenho nos últimos anos, mais notadamente em 2007 e 2008, quando ela cresceu de forma bastante acentuada, com taxas de 22,5% e 27,4%, respectivamente.

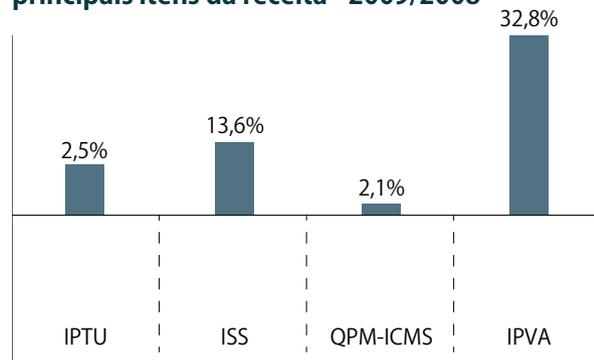
Em 2009, em função da crise financeira internacional, ocorreu uma forte redução em seu rit-

mo de expansão, cuja alta foi de apenas 5,8%. Mas, considerando a desaceleração da economia global, o resultado foi considerado positivo, na medida em que, na média estadual, a receita do conjunto dos municípios paulistas ficou estagnada, com ligeira queda de 0,4%, e, em âmbito nacional, queda de 1,3%.

Evolução da receita total
em R\$ milhões - corrigidos pelo IPCA



Taxas de crescimento dos principais itens da receita - 2009/2008

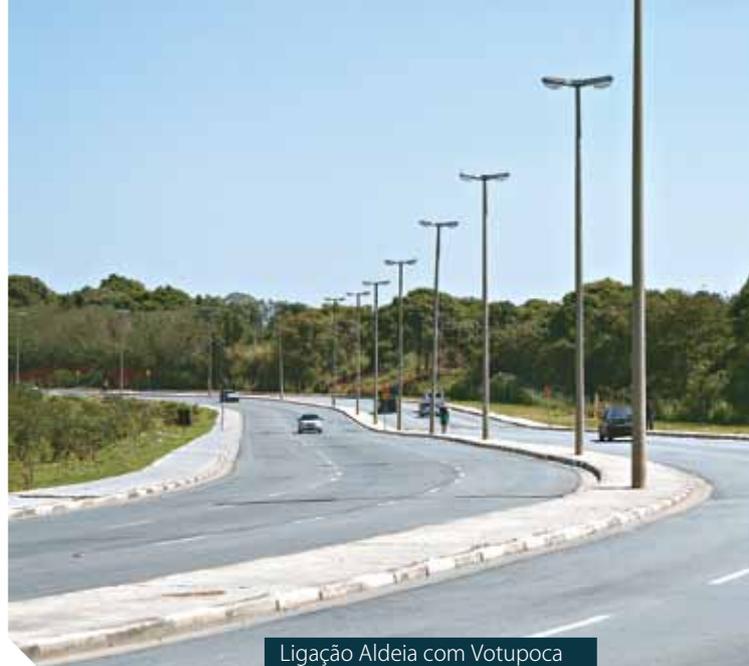
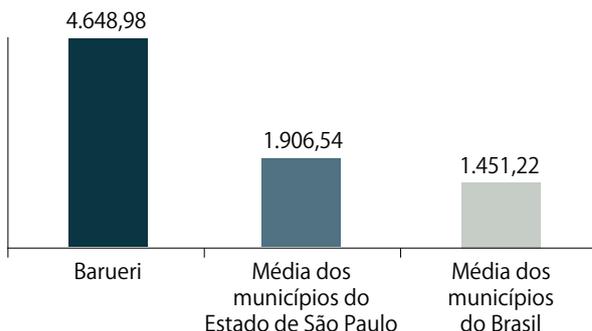


Destaque

Em 2009, Barueri obteve uma receita per capita de R\$ 4.649, a maior entre as cidades com população acima de 200 mil habitantes.

Receita per capita - 2009

em R\$

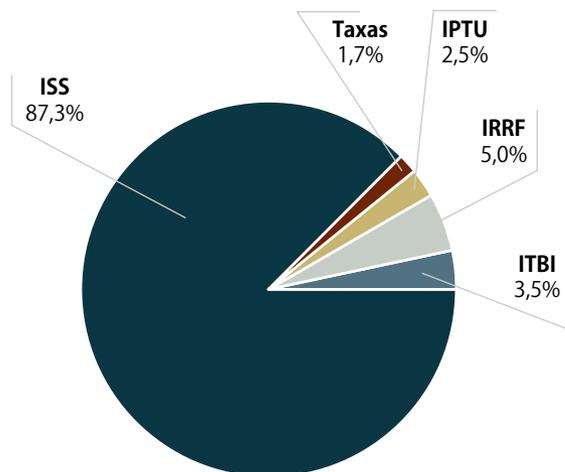


Tributos municipais

A receita tributária própria é composta pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), referente à parcela retida pela prefeitura, e pelas taxas municipais.

Em 2009, os tributos foram responsáveis por 40,1% da receita. O ISS é o principal entre eles, sendo responsável por 87,3% da receita tributária daquele ano e, conforme mencionado, por 35% da receita total.

Composição da receita tributária - 2009



Ginásio de Esportes José Correa



Saiba mais

ISS

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos. Os serviços geradores de ISS estão listados na Lei Complementar nº 116, de 31 de junho de 2003, e o contribuinte é a própria empresa ou o profissional autônomo que os presta.

IPTU

O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é pago sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel. O contribuinte é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal. Em Barueri as alíquotas são de 0,5% sobre o valor venal do terreno sem edificação e de 1% sobre o valor venal do imóvel edificado.

ITBI

O Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) é pago quando há transmissão de bens imóveis, e a base de

cálculo do imposto é o valor venal do bem. A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos municípios a competência para instituir o ITBI, assim como a responsabilidade pela definição da alíquota que incide sobre o valor venal do imóvel. Em Barueri, a alíquota do ITBI é de 5% sobre o valor venal do imóvel ou sobre o valor da transação, o que for maior. Quando se tratar de imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro da Habitação, sobre a parte financiada o imposto incidirá com alíquota de 1%.

Taxas

As taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Elas são divididas em dois grupos. O primeiro é composto por aquelas relacionadas à prestação de serviços, cujas receitas destinam-se ao custeio de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à disposição dele. O segundo, pelo exercício do poder de polícia, recolhidas para custear as atividades de controle, fiscalização, vistoria, inspeção ou concessão de licença.

Passarela Al. Rio Negro - Alphaville



ISS

Quase todos os serviços são tributados pela alíquota mínima, que é de 2%.

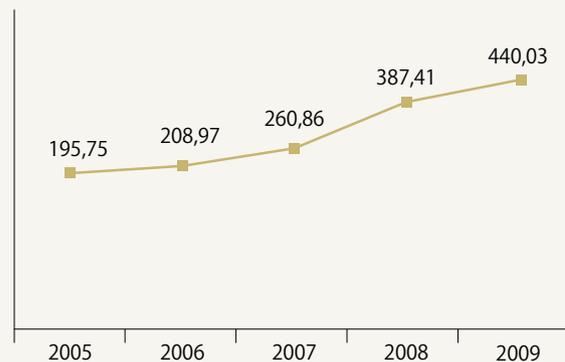
A arrecadação do ISS de Barueri tem crescido de forma intensa nos últimos anos. Entre 2005 e 2009, o aumento médio do recolhimento do tributo em âmbito nacional e nos municípios paulistas foi de aproximadamente 55%. No mesmo período, ela mais que dobrou em Barueri, com alta de 124,8%, quando passou de R\$ 195,7 milhões, em 2005, para R\$ 440 milhões, em 2009. Esse excelente desempenho tem aumentado a importância do ISS no orçamento da cidade, que entre os anos mencionados passou de 26,6% para 35%.

O desempenho da arrecadação do ISS em Barueri é reflexo da permanente expansão do importante polo de serviços instalado estrategicamente no município, que conta com uma legislação moderna e atrativa aos negócios, fundamentada na Lei Complementar nº 185/2007.

Além desses fatores, ajuda a explicar a performance do recolhimento municipal do ISS o investimento realizado pela administração tributária em novas tecnologias da informação, como a Nota Fiscal Eletrônica.

Arrecadação do ISS

em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



Inovação

Buscando tributar apenas os serviços, em Barueri não são incluídos no preço dos serviços os tributos federais como IR, CSLL, PIS e COFINS. Também não são incluídos no preço dos serviços os valores que apenas transitam pelo caixa da empresa prestadora de serviços, mas que não se tratam de serviços, como o valor dos salários e encargos no fornecimento de mão de obra, o valor das passagens no caso de agenciamento de viagens, o valor gasto com hospitais, médicos, exames pelos planos de saúde e outros casos semelhantes.



Demais tributos

Entre os demais tributos municipais, o de maior significado é o ITBI. Mesmo assim, respondeu por apenas 1,4% da receita municipal de 2009. Imposto incidente sobre a transmissão de bens imóveis, seu desempenho está intimamente associado ao do mercado imobiliário.

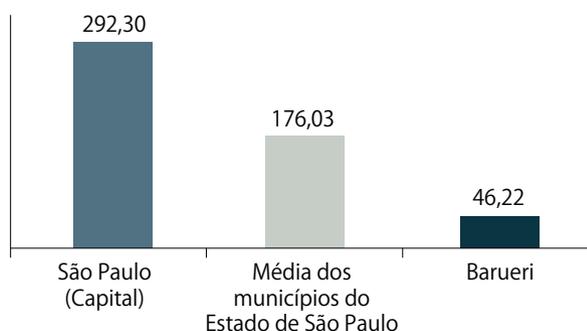
Em 2009, por exemplo, com a forte retração do crédito internacional e doméstico, que caracterizou a crise financeira mundial, o mercado imobiliário despencou, arrastando consigo a arrecadação do ITBI de Barueri. O total arrecadado passou de R\$ 27 milhões, em 2008, para R\$ 17,5 milhões, em 2009, o que representou uma queda 35,1%. Foi o pior resultado entre os tributos municipais. Entre os municípios de São Paulo, o recolhimento do imposto encolheu 7,0%.

A arrecadação do IPTU, por sua vez, tem no orçamento municipal uma participação emblemática. A cidade optou pela baixa tributação dos imóveis como forma de incentivo ao crescimento e desenvolvimento econômico do município. Diferentemente do que acontece com o tributo na maioria dos municípios da região, o IPTU em Barueri tem um peso de 1,5% no orçamento municipal (2009), quando a arrecadação atingiu R\$ 12,5 milhões. Seu desempenho, no entanto, tem sido bastante satisfatório nos últimos anos, se comparado com o conjunto dos municípios paulistas. Enquanto em Barueri a arrecadação cres-

ceu 34,3% entre 2005 e 2009, a taxa média dos municípios paulistas foi de 15,6%, desempenho decorrente exclusivamente do crescimento da cidade. Ressalte-se que, apesar do crescimento mais acelerado da arrecadação do IPTU, o valor do imposto por habitante é bastante inferior que o da média dos demais municípios paulistas, como pode ser observado no gráfico abaixo.

IPTU per capita - 2009

em R\$



Fechando a apresentação dos tributos, é importante ressaltar que a arrecadação das taxas municipais foi de R\$ 8,7 milhões em 2009, valor que correspondeu a 0,7% da receita daquele ano.



Transferências

A distribuição das transferências correntes aos municípios é orientada por critérios estabelecidos pela Constituição e por legislação federal e estadual. Cada transferência tem seu critério próprio de distribuição, que procura atender a determinados objetivos.

O FPM (transferência federal), por exemplo, é distribuído de acordo com o número de habitantes do município, de forma a beneficiar mais as menores cidades, cujas fontes de arrecadação própria são muito restritas. Já a transferência estadual do ICMS beneficia os municípios mais desenvolvidos, onde houve uma geração maior de riqueza. As transferências federais para o SUS levam em conta o número de habitantes do município e os procedimentos realizados, visando a ressarcir as cidades pelos serviços prestados em saúde.

Transferências do Estado

QPM-ICMS

A QPM-ICMS é a principal fonte de recursos de Barueri, correspondendo a cerca de 40% da receita municipal nos últimos anos. Por isso, é muito importante entender como esses recursos ingressam nos cofres públicos.

O ICMS é imposto de competência dos governos estaduais. A Constituição Federal determina que eles devem transferir 25% da arrecadação aos municípios. Semanalmente, no segundo dia útil, os estados creditam nas contas dos municípios sua quota-parte no ICMS. O valor recebido depende do Índice de Participação dos Municípios (IPM), calculado e renovado anualmente.

Ainda conforme a Constituição, 75% da parcela do ICMS transferida pelos estados devem ser repartidos na proporção do valor adicionado de cada

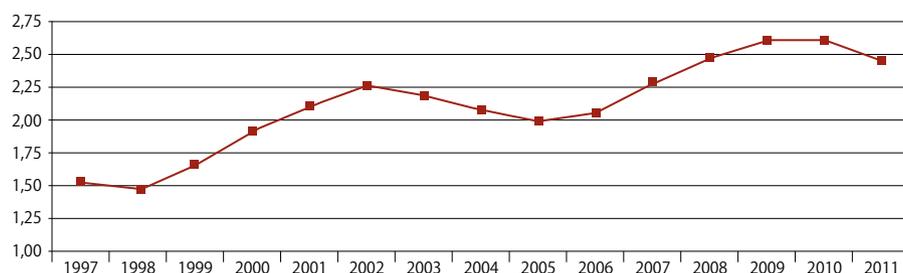
cidade. Os 25% restantes são divididos conforme critérios adotados em cada Estado. O principal critério de distribuição do ICMS entre os municípios é, portanto, a riqueza gerada pelas empresas nelas instaladas, pois esse é o significado econômico da expressão Valor Adicionado (VA).

O IPM de Barueri apresentou um excelente desempenho na segunda metade da década atual, passando de cerca de 2%, em 2005, para um índice próximo de 2,6% em 2010. O somatório dos índices de todas as cidades de São Paulo é igual a 100%.

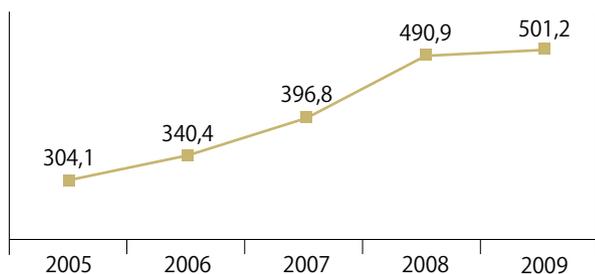


Maternal Matilde

Evolução do IPM de Barueri em %



Evolução da QPM-ICMS de Barueri em R\$ milhões - IPCA médio de 2009



As transferências estaduais de ICMS para Barueri apresentaram esse desempenho positivo nos últimos anos em função da expansão da arrecadação do imposto e também graças ao aumento do IPM de Barueri. Esses dois fatores fizeram com que a QPM-ICMS saltasse de R\$ 304,1 milhões, em 2005, para R\$ 501,2 milhões, em 2009.

Nos três anos que antecederam 2009, o ritmo de crescimento foi muito intenso, com taxas que variaram entre 11,9%, em 2006, e 23,7%, em 2008. Já em 2009, em função da crise financeira internacional, o aumento foi de apenas 2,1%. Ainda assim, esse pode ser considerado um bom desempenho, se comparado à queda média de 2,8% observada para o conjunto dos municípios paulistas.



Monitoramento da cidade



Parque da Maturidade José Dias da Silva

Evolução da frota de veículos de Barueri em milhares



IPVA

Outra fonte de recursos importante proveniente do Estado tem origem no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O tributo é recolhido pelo governo estadual e metade do que é arrecadado, referente à frota de veículos de Barueri, retorna aos cofres municipais. A outra metade pertence à receita estadual.

O volume de receita proveniente do IPVA também tem crescido de forma bastante acentuada nos últimos anos, sendo que, entre 2005 e 2009, sua arrecadação mais que dobrou (116,8%). Com frota registrada de 105,6 mil veículos no final de 2009, a receita de IPVA de Barueri atingiu o valor de R\$ 41,5 milhões, representando 3,3% da receita total do município.



Biblioteca Cora Coralina

Transferências da União

Os recursos do FPM e os destinados para o funcionamento do SUS são as principais transferências realizadas pela União para Barueri.

O FPM é a mais importante transferência da União para os municípios brasileiros. Ele é de grande relevância nos orçamentos de muitos deles, mais ainda para as pequenas localidades. Seu peso nas finanças é progressivamente menor nas cidades de maior porte populacional e nas de maior expressão econômica. Esse é o caso de Barueri, onde as verbas do fundo responderam por cerca de 3% da receita total da cidade nos últimos dois anos. Em 2009, a transferência chegou a R\$ 34,6 milhões.

O FPM é formado por 23,5% do que a União arrecada de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os créditos são efetuados nas contas dos municípios a cada dez dias.

Esse tipo de recurso pode ser aplicado livremente, obedecendo apenas os mínimos exigidos para saúde e educação. Já os transferidos pela União a título de SUS, ainda que só possam ser aplicados na área de saúde, cobrem uma pequena parte, cerca de 10% do total de verbas aplicadas no setor de saúde pela municipalidade. Sobre os gastos com saúde consulte a seção Saúde na página 34.

3 Despesa

Principais itens da despesa de 2005 a 2009

Itens da despesa	2005	2006	2007	2008	2009	Varição 2009/2008	Varição 2009/2005	Partic. desp. total 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009					em %		
1 - Pessoal	319.508,7	311.589,5	313.818,1	320.315,8	415.532,9	29,7	30,1	34,1
2 - Custeio	251.714,1	240.336,7	294.464,5	364.553,7	448.959,5	23,2	78,4	36,8
3 - Juros e amortizações da dívida	-	-	-	-	-
4 - Investimentos ¹	157.966,0	214.805,0	270.435,3	437.034,8	354.098,4	-19,0	124,2	29,1
5 - Despesa total (1+2+3+4)	729.188,8	766.731,2	878.718,0	1.121.904,3	1.218.590,8	8,6	67,1	100,0

Fonte: balanços municipais.
Nota: ¹ Refere-se à despesa de capital exceto as amortizações da dívida.
Sinal convencional utilizado: .. Não se aplica dado numérico.

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
0,0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de dado numérico originalmente positivo.

Conforme mencionado logo no início desta apresentação, as despesas do município vêm acompanhando o crescimento de suas receitas, mas sempre menor do que elas. Em 2009, por exemplo, enquanto as entradas totalizaram R\$ 1,26 bilhão, as saídas foram de R\$ 1,22 bilhão.

As despesas se distribuem de forma bastante equilibrada entre três grandes grupos. Observando os últimos cinco anos, é possível identificar que os gastos

com pessoal representaram 35%, mesmo percentual dos custeios.

Os investimentos, por sua vez, representaram 30%. Eles correspondem a despesas para realização de obras (pavimentação de ruas, saneamento, construção de escolas, creches, unidades de saúde, etc.) e aquisição de material permanente (veículos, computadores, equipamentos hospitalares e escolares, etc.). O peso dos investimentos na despesa total de Barue-

Castello Branco com Rodoanel sentido São Paulo



ri pode ser considerado de ótimo nível, na medida em que o indicador para os municípios paulistas é de aproximadamente 9,9%.

Ao mesmo tempo, percebe-se claramente que as áreas sociais são as que mais absorvem os recursos públicos. Em 2009, por exemplo, 56,3% dos recursos foram aplicados nas áreas de educação (R\$ 391,6 milhões), saúde (R\$ 252,5 milhões), assistência social (R\$ 43,4 milhões) e habitação (R\$ 11,6 milhões).

Esse perfil de distribuição dos gastos municipais, concentrados na área social e com forte peso dos investimentos, reflete dois eixos essenciais da política governamental de aplicação dos recursos públicos, que busca fortalecer a economia local com inclusão social de seus habitantes. Barueri é um município de economia forte e, para continuar se expandindo, precisa de maciços investimentos em infraestrutura, unidades de saúde, escolas e na abertura e pavimentação de novas ruas e avenidas. Ao mesmo tempo, a prioridade de apli-

cação dos recursos nas áreas sociais se faz necessária na medida em que uma parcela da população ainda vive em condições de vulnerabilidade social.

Vale ressaltar que Barueri não desembolsa um único centavo com pagamento de custos de financiamento de dívidas. Isso porque o município salda seus compromissos com recursos próprios, não necessitando recorrer a financiamentos para pagar suas dívidas. Essa situação é extremamente importante se levarmos em conta que muitas cidades gastam vultosas quantias para financiar suas dívidas, fato que em muitos casos compromete até a capacidade de investimento. A Cidade de São Paulo, por exemplo, compromete cerca de 9,9% de sua receita corrente para honrar os juros e amortização de suas dívidas. Na média, o indicador é 2,8% nas cidades paulistas com mais de 100 mil habitantes, sem considerar a capital.

Vejamos a seguir como se comportou cada um dos grandes itens da despesa municipal nos últimos anos.

ArenaBarueri





Aula de música para a 3ª idade

Pessoal

Uma das principais preocupações da Administração Municipal é a observância dos limites máximos de gastos com pessoal – 54% da Receita Corrente Líquida – conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 2009, o índice de gastos com pessoal do Poder Executivo foi de 34%.

Nesse mesmo ano a despesa total com pessoal dos poderes Executivo e Legislativo foi de R\$ 415,5 milhões. Mais da metade (55,4%) desse valor está concentrado nas secretarias de Educação (37,4%) e de Saúde (18%). Isso reflete a distribuição dos servidores municipais que estão lotados nessas duas secretarias, na proporção de 48,6% e de 19,6%, respectivamente.

Despesas com pessoal por secretaria - 2008 e 2009

Secretaria municipal	2008	2009	Participação no total 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %
Educação	120.211,3	155.393,5	37,4%
Saúde	56.847,9	74.887,5	18,0%
Áreas meio ¹	51.175,5	60.942,7	14,7%
Fieb	20.332,7	33.564,5	8,1%
Outras	71.748,4	90.744,6	21,8%
Total	320.315,8	415.532,9	100,0%

¹ Inclui as secretarias de Gabinete e Governo, Assuntos da Segurança, Negócios Jurídicos, Finanças, Administração, e Comunicação Social.



Escola Técnica Barueri



Senai

Barueri também investe em parcerias

A Prefeitura construiu os prédios da Fatec, Etec, Senai e PUC-SP, concedendo-os para uso das entidades, com a finalidade de trazer para a região oportunidade de qualificação de jovens e trabalhadores.



Fatec



PUC-SP, Campus Barueri

Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran



Custeio

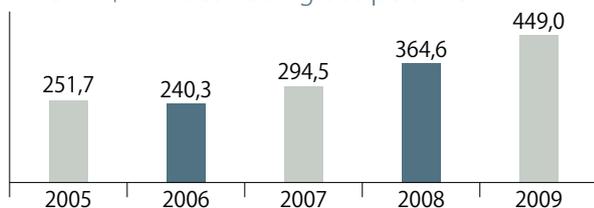
Nessa categoria estão compreendidas as despesas com material de consumo, contratação de serviços de terceiros e outros gastos necessários ao funcionamento e à manutenção da máquina administrativa. Esses itens englobam uma grande variedade de bens e serviços utilizados na manutenção de espaços próprios públicos de toda a cidade, tais como: Hospital Municipal e unidades de saúde, escolas, centros esportivos, sede da Prefeitura, ruas, parques e jardins, entre outros.

O item material de consumo contempla todos os materiais de uso não duradouro, tais como medicamentos, materiais hospitalares e laboratoriais, combustível, água e energia elétrica, materiais utilizados nas escolas, materiais de limpeza e de escritório, lâmpadas, etc. Dentre os principais serviços de terceiros estão aqueles contratados para funcionamento do Hospital Municipal, para limpeza pública e coleta de lixo, iluminação, sinalização urbana, entre outros.

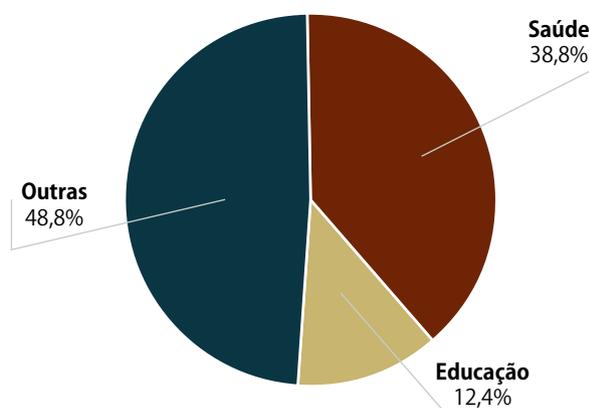
Despesas com custeio por secretaria - 2008 e 2009

Secretaria municipal	2008	2009	Participação no total 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009		em %
Saúde	122.616,3	174.239,6	38,8%
Educação	57.255,4	55.551,5	12,4%
Outras	184.681,9	219.168,4	48,8%
Total	364.553,7	448.959,5	100,0%

Evolução da despesa com custeio em R\$ milhões - corrigidos pelo IPCA



Despesa com custeio por secretaria - 2009



Unidade Básica de Saúde Dr. Adauto Ribeiro



Os gastos municipais com custeio em 2009 totalizaram R\$ 449 milhões, o que correspondeu a 36,8% do total da despesa do município. As secretarias de Saúde e Educação foram responsáveis pela maior parte dos gastos, respectivamente 38,8% e 12,4%. Juntas, responderam por mais da metade do total de gastos com custeio da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Ressalte-se que parte do crescimento do custeio nos últimos anos decorre do aumento dos investimentos, pois quando as obras são concluídas elas passam a gerar novas despesas para custear seu funcionamento e manutenção. É exemplo o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran, inaugurado em 2008 e contando com 304 leitos. No ano seguinte a Prefeitura aplicou R\$ 75,1 milhões para custear seu funcionamento, ou seja, apenas o Hospital foi responsável por 16,7% do total de gastos municipais com custeio em 2009.



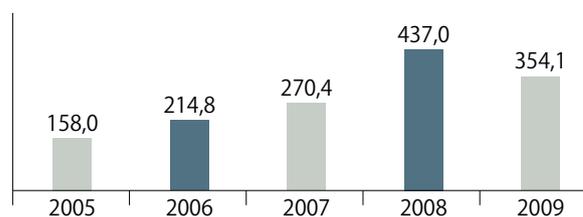
Investimentos

Barueri mantém um nível de investimentos bastante elevado. No Estado de São Paulo, por exemplo, o município só fica atrás da capital e ocupou a quarta posição no ranking nacional nos anos de 2008 e 2009, depois de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Conforme já explicado, os investimentos correspondem a despesas em obras (pavimentação de ruas, saneamento, construção de escolas, creches, unidades de saúde, etc.) e aquisição de material permanente (veículos, computadores, equipamentos hospitalares e escolares, etc.).

Evolução dos investimentos

em R\$ milhões - corrigidos pelo IPCA





ViadutosTrabalhadores

Em 2009, apesar da crise financeira global, os investimentos do município totalizaram R\$ 354,1 milhões, valor inferior apenas aos realizados em 2008, quando totalizaram R\$ 437 milhões. Conforme ensinam as boas práticas fiscais, o Município teve que adaptar seu volume de investimentos à redução do ritmo de crescimento da receita provocada pela crise global, a fim de manter o equilíbrio das contas públicas.

No plano nacional e entre os municípios paulistas, a queda dos investimentos foi um pouco mais intensa, ficando ligeiramente acima de 25%.

As dez cidades brasileiras que mais investiram em 2009

Posição	Município	Investimento em R\$ mil	População em 2009
1º	São Paulo	2.198.269,3	11.037.593
2º	Belo Horizonte	831.286,2	2.452.617
3º	Rio de Janeiro	485.088,1	6.186.710
4º	Barueri	354.098,4	270.173
5º	Guarulhos	342.758,3	1.299.283
6º	Curitiba	279.110,4	1.851.215
7º	Campo Grande	255.242,8	755.107
8º	Fortaleza	246.548,0	2.505.552
9º	Campinas	224.779,8	1.064.669
10º	Porto Alegre	207.528,3	1.436.123
	Total do Brasil	26.319.085,0	188.896.736



Nos dois últimos anos os investimentos municipais têm se concentrado nas áreas de urbanismo e educação. A saúde tem demandado menos recursos na forma de investimento, porque Barueri conta atualmente com uma boa e equipada estrutura de saúde.

Investimento por função

Em R\$ milhões, IPCA médio de 2009

Funções	2006	2007	2008	2009
Educação	66,8	89,2	139,6	116,1
Saúde	29,3	27,7	45,4	3,4
Urbanismo	86,7	81,0	217,6	186,9
Outros	32,1	72,6	34,4	47,7
Total	214,8	270,4	437,0	354,1



Gastos sociais

Até aqui, as despesas municipais foram vistas segundo sua natureza econômica, ou seja, se foram direcionadas para pessoal, custeio ou investimento. Nesta seção, os gastos serão apresentados segundo sua finalidade, concentrados nas funções de educação, saúde e assistência social, que formam o núcleo do chamado gasto social.

Em 2009, a aplicação de recursos nessas quatro áreas somou R\$ 699,1 milhões, valor que superou em 10,7% os R\$ 631,4 milhões efetuados no ano anterior. Mesmo em ano de crise, os gastos sociais não pararam de crescer em Barueri.

No acumulado de 2005 a 2009, o aumento de recursos destinados ao setor foi de 64,8%, em termos reais, ou seja, em valores corrigidos pelo IPCA. Em termos nominais os recursos aplicados quase dobraram, com alta de 99,2%.

Evolução do gasto social

Funções	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008	Participação no total 2009
	em R\$ mil - IPCA médio de 2009					em %	
Gasto Social	417,2	442,8	495,5	623,9	687,5	10,2	56,4
Educação	241,6	254,5	280,2	360,3	391,6	8,7	32,1
Saúde	146,3	156,6	180,7	224,9	252,5	12,3	20,7
Assistência Social	29,3	31,8	34,6	38,8	43,4	12,1	3,6
Outras	312,0	323,9	383,2	498,0	531,1	6,6	43,6
Total	729,2	766,7	878,7	1.121,9	1.218,6	8,6	100,0

Biblioteca Municipal Eny Cordeiro





Escola Municipal Professora Elvira Lefevre S. Nemer



Fieb

Educação

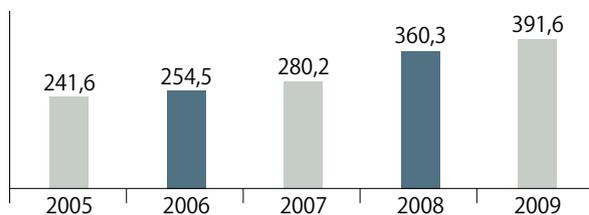
A educação é a área em que o município aplica o maior volume de recursos. Ao longo dos últimos anos, cerca de um terço de todo orçamento foi direcionado para o setor. Os recursos aplicados na área têm crescido de forma intensa, passando de R\$ 241,6 milhões, em 2005, para R\$ 391,6 milhões, em 2009.

O quantitativo de alunos também aumentou. Em 2005, a rede de ensino contava com 58,9 mil estudantes, número que saltou para 65,3 mil em

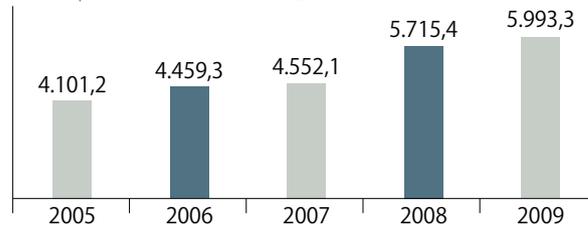
2009. Como a aplicação dos recursos em educação cresceu de forma mais rápida que as matrículas, os recursos aplicados por aluno, que em 2005 foram de R\$ 4,1 mil, saltaram para R\$ 6 mil, em 2009.

A rede física de ensino e o corpo docente também cresceram. Atualmente, Barueri conta com 99 estabelecimentos de ensino e, em 2009, cerca de 300 novos professores passaram a integrar o corpo docente de Barueri, se juntando aos 1.900 que já atuavam na rede municipal de ensino.

Recursos aplicados em educação
em R\$ milhões - corrigidos pelo IPCA



Recursos aplicados por aluno
em R\$ - IPCA médio de 2009



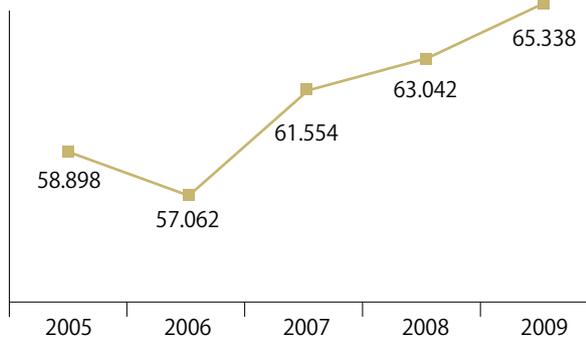


Instituto Técnico de Barueri

Compare Barueri

Em 2009, Barueri aplicou na educação R\$ 5.993,3 por aluno. Na média, os municípios paulistas aplicaram R\$ 4.914,5.

Número de alunos da rede municipal



Número de alunos da rede municipal de ensino de Barueri

Nível de ensino	Ano				
	2005	2006	2007	2008	2009
Creche	2.258	2.532	2.635	3.604	4.567
Pré-escola	14.712	9.869	8.491	8.182	8.320
Ensino fundamental	41.928	44.661	46.312	46.280	46.003
Ensino médio	-	-	3.100	3.784	4.735
Ensino profissionalizante	-	-	1.016	1.192	1.713
Total	58.898	57.062	61.554	63.042	65.338

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

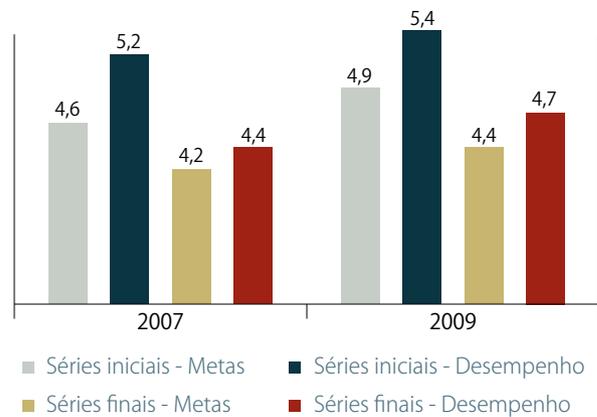
Barueri no Ideb

O desempenho da rede municipal de ensino de Barueri no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) tem superado as expectativas. Os indicadores do Ensino Fundamental do município, tanto nas séries iniciais (até o 5º ano) quanto nas séries finais (6º ao 9º ano), novamente ficaram acima das metas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como mostra o gráfico abaixo.

Em 2009, a avaliação das séries iniciais foi de 5,4, enquanto que as séries finais alcançaram um Ideb de 4,7. No ano de 2007, o desempenho havia sido de 5,2 e 4,4, respectivamente.

O Ideb foi criado em 2007 com o objetivo de verificar a qualidade do ensino básico no País. Ele varia de 0 a 10 e é medido a cada dois anos, tomando como base as avaliações de desempenho dos alunos e as taxas de aprovação. A meta para o Brasil é alcançar a nota 6 até 2022, índice que corresponde à qualidade de ensino de países desenvolvidos.

Desempenho do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Barueri no Ideb, 2007 e 2009



Instituto Técnico de Barueri



Saúde

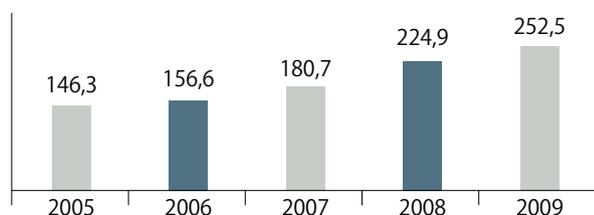
Os recursos aplicados por Barueri na área de saúde têm crescido de forma bastante intensa nos últimos anos. No acumulado de 2005 a 2009, o aumento real foi de 72,6%, quando saltou de R\$ 146,3 milhões, em 2005, para R\$ 252,5 milhões, em 2009. Depois da educação, a saúde é a segunda área que mais recebe aplicação dos recursos municipais, respondendo por cerca de 20% do orçamento.

Um percentual próximo de 90% do gasto do setor é feito com recursos próprios e apenas 10% são financiados com recursos provenientes da União, através do Sistema Único de Saúde (SUS).

O aumento de recursos aplicados, associado a uma gestão eficiente do sistema municipal de saúde, tem trazido excelentes resultados para a população. A taxa de mortalidade infantil de Barueri, por exemplo, caiu 49,1% entre 2000 e 2009 – de 15,55 mortes por mil nascimentos vivos em 2000 para 7,9 em 2009.

Entre as 73 cidades paulistas com mais de 100 mil habitantes, apenas quatro apresentaram indicadores melhores do que o de Barueri em 2009: Ourinhos (6,6/mil), São Caetano do Sul (7,3/mil), Araçatuba (7,6/mil) e Salto (7,8/mil). No Estado de São Paulo, a média da mortalidade infantil foi de 12,9 mortes para cada mil nascidos vivos.

Despesa com a função saúde
em R\$ milhões - corrigidos pelo IPCA



Taxa de mortalidade infantil em 2009



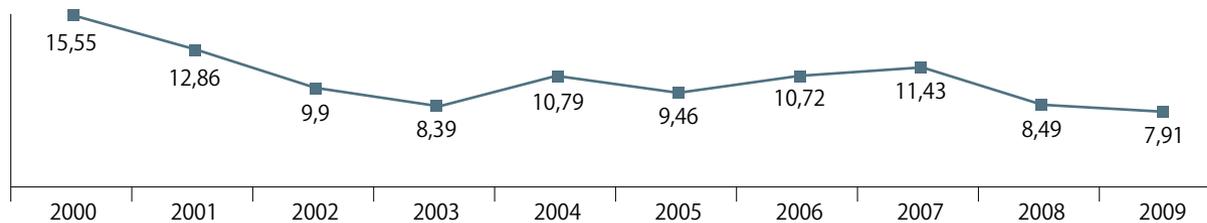
Um exemplo dos investimentos em saúde é o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran, cujas atividades tiveram início em 2009. Referência regional, do total de internações realizadas em 2009, quase 30% são de pacientes de municípios vizinhos, dos quais 13% são de Carapicuíba.

Além disso, o município mantém 16 unidades básicas de saúde, um ambulatório de especialidades e quatro pronto-atendimentos, sendo um infantil, entre outros equipamentos.



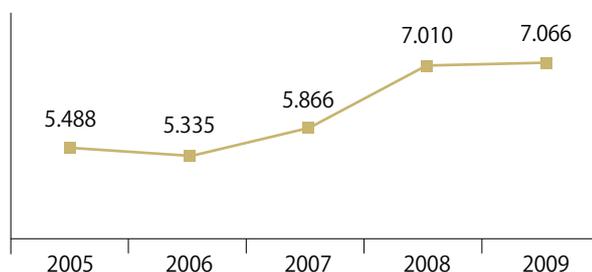
Taxa de mortalidade infantil de Barueri

por mil nascidos vivos



Evolução dos procedimentos ambulatoriais

em milhares



Procedimentos Ambulatoriais por estabelecimentos de saúde de Barueri - 2005 a 2009

Estabelecimentos	2005	2006	2007	2008	2009
Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran	-	-	-	-	320.827
PS e Maternidade Nair Fonseca Leitão Arantes	1.872.447	2.136.165	2.443.207	3.048.145	2.703.585
Pronto-socorro Municipal Arnaldo de Figueiredo	457.321	458.458	476.682	499.334	547.779
Pronto-socorro Municipal Rômulo Fonseca Guimarães	358.977	393.900	412.326	418.073	433.707
SAE - Serviço de Atendimento Especializado	18.620	16.965	18.499	22.106	21.336
Unidades Básicas de Saúde	2.478.482	2.025.320	2.164.541	2.716.843	2.769.924
Ambulatorio de Especialidades II	191.423	205.640	234.101	189.396	155.197
Caps II - Álcool e Drogadição	15.904	18.512	18.117	21.445	27.958
Caps II - Estação	-	5.512	20.083	17.704	13.334
Centro de Atenção à Saúde Mental	20.714	9.006	8.590	8.478	9.799
Fisioterapia	57.960	36.344	43.563	47.836	41.659
Vigilância Sanitária	1.565	2.567	3.607	4.067	2.849
Vigilância Epidemiológica	145	620	466	201	9
Outros Serviços Terceirizados	14.070	25.981	22.248	15.998	17.956
Total	5.487.628	5.334.990	5.866.030	7.009.626	7.065.919

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais SIA-SUS.

Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.



Saiba mais

O que é o SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, resultado de um longo período de mobilização social. Antes do SUS, somente as pessoas que contribuíam com a Previdência podiam ser atendidas pelo sistema público de saúde, que era realizado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Com a nova Constituição, a saúde passou a ser direito de todos.

O SUS se caracteriza por ser um sistema descentralizado, ou seja, é conduzido e financiado por cada um dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). A participação através dos conselhos de saúde garante o controle social, outro princípio importante desse sistema.

O funcionamento do SUS foi detalhado pela Lei Orgânica da Saúde aprovada pelo Congresso Nacional em 1990. Em 2000, a Emenda Constitucional nº 29 estabeleceu que os estados devem destinar 12% e os municípios 15% de suas receitas próprias e de transferências constitucionais para o SUS.

Unidades de Saúde – Barueri	2005
Hospital	1
Maternidade	1
Prontos-socorros	3
Pronto-Atendimento Infantil	1
Unidades Básicas de Saúde	16
Ambulatório de Especialidades	1
Serviço de Atendimento Especializado - SAE	1
Laboratório	1
Saúde Mental	2
Fisioterapia	1
Centro de Orientação e Apoio Sorológico	1
Centro de Referência em Alcoolismo e Drogadição	1
Farmácia	1
Vigilância Sanitária	1
Vigilância Epidemiológica	1
Centro de Prevenção e Combate à Dengue	1
Zoonoses – Canil Municipal	1
Conselho Municipal Antidrogas - Comad	1
Odontologia	
- clínica geral: algumas unidades básicas de saúde e SAE	12
- especialidades: Odontopediatria, prótese dentária, endodontia, bucomaxilo, pacientes especiais	3
- nas unidades escolares (clínica geral)	14
- no Ganha Tempo – Atendimento preventivo / educativo em saúde bucal voltado para população infantil	1

Percentual de internações no Hospital Municipal de Barueri - Dr. Francisco Moran, por município de origem - 2009

Municípios de Residência	2009 - em %
Barueri	70,16
Carapicuíba	13,08
Jandira	5,67
Itapevi	3,73
Santana de Parnaíba	2,45
Osasco	2,72
Pirapora do Bom Jesus	0,53
São Paulo	0,79
Outros municípios	0,49
Cotia	0,16
Taboão da Serra	0,23
Total	100

Fonte: SIH - SUS.

Sinal convencional utilizado: 0,00 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de dado numérico originalmente positivo.



Assistência Social

Barueri tem direcionado um volume crescente de recursos para a rede de proteção social. Em 2005, aplicou R\$ 29,3 milhões, valor que saltou para R\$ 43,4 milhões, em 2009.

Despesa com a função assistência social em R\$ milhões - corrigidos pelo IPCA



A política do setor é elaborada e executada pela Secretaria de Ações Sociais e Cidadania. Sua principal atividade é atuar junto às pessoas, famílias ou comunidades em situação de vulnerabilidade social. Tem como objetivo prestar atendimento na área social, com orientações, encaminhamentos e acompanhamento de situações de risco, vulnerabilidade e necessidades que impliquem na intervenção do Serviço Social para acesso a bens, serviços e recursos que possibilitem enfrentamento da situação de pobreza e/ou risco social e melhoria na qualidade de vida.

Barueri conta com quatro Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), localizados no Jardim Belval/Centro, Engenho Novo, Jardim Silveira e no Parque Imperial. Cada uma dessas unidades é responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

4

Limites Legais e Constitucionais

O gasto municipal no Brasil deve seguir alguns parâmetros definidos em lei ou pela própria Constituição Federal. São limites de gastos mínimos ou máximos que devem ser cumpridos, caso contrário, são aplicadas diferentes penalidades. A gestão fiscal do Município de Barueri tem executado o orçamento de forma a permanecer dentro desses limites. Veja, a seguir, os principais deles:

Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que o gasto com pessoal, exclusivamente da prefeitura, ou seja, sem incluir o da Câmara Municipal, não deve ultrapassar 54% do valor da receita corrente líquida do município. Existe ainda um limite prudencial de 51,3%, a partir do qual diversas medidas devem ser tomadas pelo município, para reduzir essa relação do gasto com pessoal com a receita corrente líquida. Em 2009, Barueri registrou 34%.

Dívida

O estoque da dívida consolidada líquida deve ficar em, no máximo, 120% do valor da receita corrente líquida, de acordo com a LRF, complementada pela Resolução nº 40, do Senado Federal. Barueri não possui dívidas dessa natureza.



Câmara Municipal

Educação

De acordo com a Constituição Federal, os municípios brasileiros são obrigados a investir na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) infantil e fundamental, no mínimo, 25% de suas receitas provenientes de impostos e transferências. Barueri aplicou 32,1%, em 2009.

Saúde

Segundo determinações contidas na Emenda Constitucional nº 29, os municípios brasileiros devem aplicar em Saúde, desde de 2004, no mínimo, 15% de sua receita proveniente de impostos e transferências. Barueri aplicou 20,7%, em 2009.

Portal de Serviços Online

Serviços on-line para sua empresa e seu imóvel. Consultas ao cadastro e extratos de débitos de tributos mobiliários e imobiliários. Solicitação e autorização para impressão de documentos fiscais, emissão de certidões e muito mais.



Acesse:
www.barueri.sp.gov.br

